

DEFINIÇÕES E TERMINOLOGIA

De modo geral, nos estudos analisados, identificamos uma terminologia variada para designar grupos de crianças e adolescentes em situação de rua. O termo “menino de rua”, que passou a circular no Brasil nos anos 1980 para classificar um grupo social que emergia nas grandes metrópoles dos países latino-americanos, ainda pode ser encontrado na produção nacional (SUDBRACK, 2004; BOTELHO ET AL., 2008). Outros fazem uso do termo entre aspas, o que parece denotar uma reflexão crítica sobre a inadequação da utilização desta expressão (FERREIRA, 2000; NÓBREGA; LUCENA, 2004). Vemos ainda a utilização de variações como crianças e adolescentes de rua (TFOUNI; MORAES, 2003; MARTINS, 2002) e crianças de/na rua (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2006).

A partir da década de 1980, quando o termo “menino de rua” foi ganhando maior circulação no país, diferentes estudos foram realizados sobre esta população e este interesse provocou mudanças, inclusive em sua nomenclatura. A compreensão de que este era um grupo heterogêneo e de que a rua não era definidora da vida desses indivíduos trouxe questionamentos relacionados à formação de suas identidades e subjetividades. A visão de que essas crianças e esses adolescentes eram um problema em si foi sendo paulatinamente substituída pela compreensão de que a origem e os fatores responsáveis pela ida de crianças e adolescentes para as ruas possuíam uma importância fundamental para o entendimento deste fenômeno. Assim, os termos “crianças em situação de rua” e “meninos e meninas em situação de rua”, para marcar as especificidades de gênero, foram ganhando espaço e destaque no debate (RIZZINI; BUTLER, 2003).

De fato, nos estudos analisados, o termo “em situação de rua” é o majoritariamente adotado, com variações referentes à faixa etária (RIBEIRO et al., 2003; BOTTEGA; MERLO, 2010; SILVA; AVELAR, 2014). Terminologias que imprimem entendimentos semelhantes, tais como em condição de rua (BRANDÃO, 2013) e que vivem nas ruas (ALBERTO, 2009; ESTIVALET, 2010) também foram identificadas.

Estas categorias se referem a um conjunto de indivíduos que, embora tenha algum vínculo familiar e/ou um endereço, vive grande parte de seu cotidiano na rua, tendo este espaço como uma referência (ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010). No geral, entre os estudos analisados, as abordagens buscam questionar as tipificações e as crenças que homogeneizavam este grupo. Assim, os estudos tendem a contribuir para a compreensão dos arranjos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010). Grande parte dos estudos analisados retratam as crianças e os adolescentes em situação de rua como sujeitos de direitos que se desenvolvem em contextos de extrema vulnerabilidade, o que permite que essa população tenha suas ações e suas experiências valorizadas no sentido da compreensão de seu desenvolvimento e de suas potencialidades. Autores destacam, no entanto, que a rua continua sendo considerada um ambiente inadequado para o desenvolvimento integral de qualquer ser humano (PALUDO; KOLLER, 2005; MOURA; SILVA; NOTO, 2009; RIZZINI; NEUMANN; CISNEROS, 2009; BRANDÃO, 2013).